

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Marieli Terezinha Dallabrida

**O CRESCIMENTO ECONOMICO ATRAVÉS DAS EXPORTAÇÕES:
uma investigação empírica para os BRICS de 1996 a 2018**

Palmeira das Missões, RS
2020

Marieli Terezinha Dallabrida

**O CRESCIMENTO ECONOMICO ATRAVÉS DAS EXPORTAÇÕES: uma investigação
empírica para os BRICS de 1996 a 2018**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas, da Universidade Federal de Santa
Maria, Campus Palmeira das Missões, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Gilbert Conte Filho

Marieli Terezinha Dallabrida

O CRESCIMENTO ECONOMICO ATRAVÉS DAS EXPORTAÇÕES: uma investigação empírica para os BRICS de 1996 a 2018

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Santa Maria, Campus Palmeira das Missões, como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Econômicas.**

Aprovado em 01 de outubro de 2020:

Prof. Dr. Carlos Gilbert Conte Filho (UFSM)
Orientador

Prof. Dr. Nilson Luiz Costa (UFSM)
Avaliador

Prof. Dr. Vinícius Spirandelli Carvalho (UFSM)
Avaliador

Palmeira das Missões, RS
2020

RESUMO

O CRESCIMENTO ECONOMICO ATRAVÉS DAS EXPORTAÇÕES: uma investigação empírica para os BRICS de 1996 a 2018

AUTORA: Marieli Terezinha Dallabrida
ORIENTADOR: Carlos Gilbert Conte Filho

Este estudo teve como objetivo principal avaliar se a restrição externa foi um limitador do crescimento econômico dos países que fazem parte do bloco econômico denominado BRICS. Discutiu-se, portanto, as principais teorias da literatura referente ao arcabouço teórico do crescimento puxado pelas exportações. Ademais, é apresentada as peculiaridades dos países que formam o BRICS. Para analisa-los, foi realizado um teste empírico a partir da lei de Thirlwall entre 1996 a 2018. A partir da análise econométrica, concluiu-se que apenas dois países apresentaram restrição de crescimento pelo balanço de pagamentos: China e Índia.

Palavras-chaves: Crescimento Econômico. Exportações. Lei de Thirlwall. BRICS.

ABSTRACT

ECONOMIC GROWTH THROUGH EXPORTS: an empirical investigation of BRICS from 1996 to 2018

AUTHOR: Marieli Terezinha Dallabrida

ADVISOR: Carlos Gilbert Conte Filho

This study had as main objective to evaluate if the external restriction was a limiter of the economic growth of the countries that are part of the economic block called BRICS. Therefore, the main theories in the literature regarding the theoretical framework of growth driven by exports were discussed. Furthermore, the peculiarities of the countries that make up the BRICS are presented. In order to analyze them, an empirical test was carried out using the Thirlwall law between 1996 and 2018. From the econometric analysis, it was concluded that only two countries presented growth restriction due to the balance of payments: China and India.

Keywords: Economic growth. Exports. Thirlwall's law. BRICS.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Variação real do PIB (%) entre 1970 a 2019	11
Gráfico 2 – Variação real do PIB da China entre 1970 a 2018	16
Gráfico 3 – Variação real do PIB da Índia entre 1970 a 2018	19
Gráfico 4 – Variação real do PIB da Rússia entre 1989 a 2018	20
Gráfico 5 – Variação real do PIB da África do Sul entre 1989 a 2018	22

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxas de crescimento do PIB – BRICS, Reino Unido e EUA no período 1990-2018 (% ao ano)	17
Tabela 2 – Avaliação da África do Sul, contrapondo os outros países do BRICS	23
Tabela 3 – Elasticidade hipotética de Thirlwall	25
Tabela 4 – Teste de raiz unitária sobre as variáveis	25
Tabela 5 – Coeficientes estimados e poder de explicação do modelo	27
Tabela 6 – Teste de correlação serial LM	28
Tabela 7 – Teste de heterocedasticidade de Breusch-Pagan-Godfrey do termo de erro	28
Tabela 8 – Teste de normalidade Jarque Bera	28
Tabela 9 – Teste Wald	29

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	MODELO DE CRESCIMENTO PUXADO PELAS EXPORTAÇÕES	10
3	DISPOSIÇÕES ECONÔMICAS DOS PAÍSES EMERGENTES	14
3.1	China	15
3.2	Índia	18
3.3	Rússia	19
3.4	Brasil	21
3.5	África do Sul	22
4	ANÁLISE EMPÍRICA	24
5	CONCLUSÃO	30
6	REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento do comércio internacional, nas últimas décadas, houve a busca pela ampliação dos acordos de blocos econômicos, o avanço das tecnologias de comunicação e um maior interesse das empresas por mercados globais.

Devido ao desenvolvimento do comércio mundial, há o aumento das exportações, que proporcionam um maior crescimento econômico e social dos países. Esse crescimento advém da relação criada entre o pagamento das compras externas gerarem mais empregos que incrementa a renda dos trabalhadores promovendo uma melhor competição entre as empresas. Estas acabam por melhorar a qualidade e a inovação dos produtos, entre tantos outros fatores de prosperidade econômica. O crescimento das economias passaram a se ajustar no progresso da ordem econômica mundial, este crescimento dos países, no entanto dependem do desenvolvimento das relações comerciais entre estes países, sem a qual não há como se construir uma economia sustentável em escala global, tal processo de integração é aplicado em praticamente todos os continentes, mormente em virtude da constante formação e fortalecimento de blocos econômicos, pode-se dizer que o melhor caminho para estas economias crescerem é ampliar o comércio internacional, pois os países também dependem de interações comerciais para satisfazer suas necessidades internas.

Apesar do forte crescimento do comércio internacional, os países emergentes tendem a serem mais vulneráveis as oscilações de mercado, ou seja, mais suscetíveis a crises proporcionadas pelas políticas econômicas e possíveis crises financeiras. Devido ao crescimento econômico estar diretamente relacionado as exportações, a China – dentre os países pertencentes ao bloco econômico BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que não são invulneráveis à turbulência econômica global – é o país que está menos exposto a riscos. Segundo Prates e Cunha (2009), o impacto de crises sobre a atividade econômica tem variado amplamente entre países avançados e economias em desenvolvimento, uma vez que o perfil anterior a que se deu o crescimento econômico internacional é alterado com a crise.

Nesse contexto, o mundo, através dos anos, vem passando por sucessivas crises econômicas que de uma forma ou outra afetam a economia de todo o mundo, como em uma reação sistêmica. A crise financeira internacional que impactou a economia brasileira ocorreu após a falência do Banco *Lehman Brothers* em 2008. O debate na época era como o país iria se portar diante da iminente crise financeira e como seria capaz de resistir a ela. A recessão velada que se instalou no Brasil no final de 2008 e começo de 2009, além das dificuldades financeiras dos bancos (resultando na quebra de alguns e na fusão de outros) mostraram que a tese governamental de que o Brasil passaria pela crise “praticamente ileso” era respaldada em fatos concretos, também a importância da elaboração de

políticas comerciais e industriais capazes de ampliar as exportações reduzindo assim as fragilidades cambiais e de balança de pagamentos.

Dentro deste contexto, este trabalho tem como principal objetivo, avaliar alguns elementos sobre a realidade da economia brasileira em relação a outros países emergentes. Isto posto, será realizada uma revisão bibliográfica. As publicações revisadas serão encaminhadas na forma de revisão bibliográfica, em seguida, categorizadas. A revisão bibliográfica será feita mediante uma análise planejada da literatura aplicada, extraíndo-se os pontos mais importantes do tema explicitado, com a finalidade de explicar as ações apresentadas.

Apesar da existência de outras pesquisas envolvendo o tema, há ainda episódios a serem destacados na problemática deste estudo. Dessa forma, almeja-se que este trabalho possa contribuir para o preenchimento dessa lacuna, quadrando de base para outros pesquisadores que se interessem pelo assunto.

Esta investigação está aparelhada em mais três seções além desta introdução. Na seção dois será apresentada uma revisão da literatura referente ao arcabouço teórico do crescimento puxado pelas exportações. Na seção três, é apresentado as peculiaridades dos países que formam o bloco dos BRICS. Na seção quatro é realizada uma análise empírica para os países do BRICS. Por fim, as considerações finais.

2 MODELO DE CRESCIMENTO PUXADO PELAS EXPORTAÇÕES

Depois de um extenso período em que o debate macroeconômico no Brasil foi dominado por questões relativas à inflação e a segurança monetária, surge uma nova agenda de pesquisa. Essa pesquisa, atualmente, é pautada por questões relativas ao crescimento econômico.

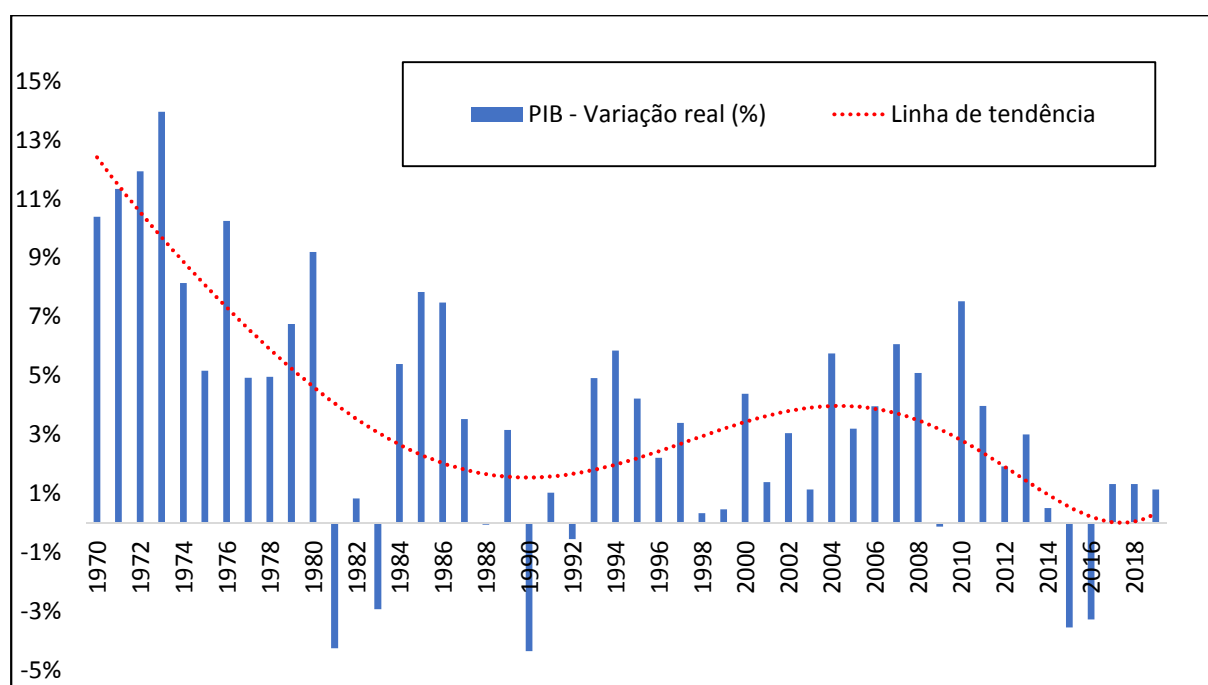
Após quase duas décadas de convívio com taxas reduzidas de crescimento do produto, a economia brasileira começa a dar sinais acerca da capacidade de crescimento, tal como é possível observar a partir do gráfico 1. Enquanto nos anos 1980 o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ficou ligeiramente superior aos 1,5% (em média); nos anos 1990, o desempenho da economia ficou, em média, em torno dos 2,5%. A partir dos anos 2000 até 2019, contudo, o crescimento médio do produto da economia brasileira foi superior aos 4%.

Neste sentido, estudos pioneiros de Prebisch (2000) apontam para diferenças nas elasticidades-renda da demanda de exportações e de importações como um fator relevante para explicar a limitação de balanço de pagamentos e do desenvolvimento das economias em crescimento, uma maior elasticidade-renda de tais bens implica em um aumento mais significativo

das exportações à medida que a renda externa aumenta. Ademais, a retração econômica redundava em uma maior queda dos preços de bens com baixa elasticidade-renda.

Do mesmo modo, estudos derivados da teoria do crescimento econômico de Kaldor (1994) consideram que as diferenças nas taxas de desenvolvimento entre economias resultam das diferenças nas elasticidades-renda de importação e de exportação. Para McCombie e Thirlwall (1994), seguindo uma linha teórica próxima à de Prebisch (2000) e de origem kaldoriana, as exportações se constituem em um elemento independente da causa externa e, por sua vez, central para um desenvolvimento de longo prazo livre de constrangimentos externos.

Gráfico 1 – Variação real do PIB (%) do Brasil entre 1970 a 2019.



Fonte: IBGE, 2020.

A alegação de Prebisch (2000) repousa na inclusão internacional da economia agrária no âmbito da relação centro versus periferia. A desigual inclusão da economia agrária e a economia industrial se expressa em diferenças nas elasticidades-renda dos bens transacionadas entre essas economias, o que provoca graus distintos de limitação externa ao desenvolvimento das economias periféricas e centrais. Autores de cunho kaldoriano, por sua ocasião, somente se reportam a Prebisch para instruir o porquê das elasticidades-rendas diferirem entre produtos e países.

No entanto, diversos trabalhos empíricos sugerem que as economias em crescimento, mesmo depois de terem sido industrializadas, continuam padecendo da limitação externa ao seu

desenvolvimento. A pergunta que permanece, então, é o que explica os diferenciais de elasticidades-renda de comércio entre economias industrializadas.

Para Fajnzylber (1983), uma economia, após a industrialização, não supera a fragilidade externa, característica essa da economia agrária, assim como não supera o nível de limitação externa ao crescimento se a industrialização é desprovida de um núcleo endógeno de dinamização do avanço tecnológico. O avanço tecnológico é a chave para os ganhos de competitividade de uma economia e para superação da limitação externa ao desenvolvimento. Contudo, Kaldor não explica de que modo a produção endógena de tecnologia de uma economia afeta as elasticidades-renda do comércio o que implica no retardamento ao desenvolvimento.

Permanece, igualmente neste caso, a teoria econômica estabelece que a inovação tecnológica viabiliza a produção de bens com maior valor agregado, bens com maior conteúdo tecnológico e estes têm uma maior elasticidade-renda.

Kaldor (1994) postulou que a demanda tem uma função central no esclarecimento dos diferenciais de taxas de desenvolvimento entre as economias. O enfoque do autor está na relevância das exportações líquidas enquanto fonte de estímulo ao aumento econômico. A ênfase de Kaldor (1994) no desenvolvimento das exportações líquidas como o importante elemento da causa final levou alguns autores como Thirlwall (1979), Thirlwall e Hussein (1982), McCombie e Thirlwall (1994), Dixon e Thirlwall (1975) e Moreno-Brid (2003) a formalizarem modelos de crescimento liderado pelas exportações.

No centro desta discussão está a Lei de Thirlwall (1979). Segundo esta, a taxa de crescimento do produto de um país fica limitada as restrições do balanço de pagamentos, pelo menos no longo prazo. A taxa de crescimento da economia é determinada pela razão entre a taxa de crescimento das exportações e a elasticidade-renda das importações, também relaciona outros fatores importantes para o aumento para o aumento do PIB compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos, dentro destes fatores, os termos de troca e as elasticidades-rendas dos bens exportados. Portanto, o seguimento do comércio exterior de um país tem papel central no desenvolvimento econômico.

Conforme McCombie e Thirlwall (1994), em função das economias em crescimento exportarem bens com baixa elasticidade-renda e importarem bens com alta elasticidade-renda torna inviável o crescimento do produto a taxas elevadas juntamente com a estabilidade no balanço de pagamentos. Os esforços destes países para anular os recorrentes déficits externos resultam em recessão ou inflação ampliando o hiato entre os países desenvolvidos e os países em crescimento. Contudo, períodos de relativa tranquilidade na restrição externa garantem crescimento de curto prazo para essas economias, mas às custas de um maior passivo externo.

Por fim, esses autores concluem que países com menor elasticidade-renda das exportações e maior elasticidade-renda das importações, em relação ao restante do mundo, terão taxas de crescimento econômico menores no longo prazo. Para chegar a tal conclusão, os autores se ancoram em argumentos de Prebisch (2000). Para Kaldor (1994) e outros trabalhos derivados de suas hipóteses, as diferentes taxas de crescimento entre países, principalmente entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, justificam-se pela maior limitação externa no segundo grupo de países.

Uma das estratégias a longo prazo para flexibilizar essa restrição seria a geração de inovações tecnológicas por parte desses países, fato oculto na teoria de Kaldor (1994). A partir da exportação de bens mais intensivos em tecnologia resultaria em uma transformação dos valores das elasticidades-renda das exportações e das importações dos países, o que diminuiria a discrepância de crescimento entre as nações.

A Lei de Thirlwall já foi discutida por diversos trabalhos empíricos. Em seu trabalho original, Thirlwall (1979) utiliza o coeficiente de correlação de *Spearman*¹ para testar o grau de associação entre as taxas de crescimento dadas pelo modelo e a taxa observada para os países desenvolvidos, obtendo-se assim um resultado positivo entre as duas taxas neste teste.

Mais tarde McGregor e Swales (1985), realizaram um segundo teste na teoria levantada por Thirlwall. Neste estudo, os autores regrediram a taxa observada que neste caso é o crescimento, sobre a taxa teórica. Contudo, para Thirlwall (1979), as razões que explicam as diferenças nas taxas de crescimento entre os países estão ligadas as diferenças nas taxas de crescimento da demanda e não na acumulação de estoques de capital, tecnologia e outros fatores ligados à oferta, obtendo assim um resultado negativo da lei de Thirlwall.

Para corrigir o erro realizado, McCombie (1992) realizou um teste alternativo. Neste se definiu que a elasticidade das exportações hipotéticas pode gerar igualdade entre as taxas de crescimento observada e a taxa de crescimento gerada pelo modelo teórico. Este método tem a vantagem sobre o teste da lei de Thirlwall já pode ser aplicado a um único país.

A equação obtida através do teste de McCombie (1992), utiliza a elasticidade-renda da demanda por importações, π . A expressão logarítmica dessa função é dada por:

$$\ln M_t = \pi \ln Y_t + \phi \ln P_t$$

(1)

¹ Correlação de *Spearman* indica a direção da associação entre a (x)variável independente e (y)variável dependente. Se y tende a aumentar q quando x aumenta, correlação positiva, se y tende a diminuir quando x aumenta correlação negativa.

Em que:

π elasticidade-renda

P_t é o câmbio real;

M_t taxa de variação das importações reais;

Y_t taxa de variação da renda real.

Utiliza-se na estimativa de π , uma cointegração que será aplicada nas variáveis que sejam integradas de ordem 1. Esta cointegração significa que a relação está em equilíbrio no longo prazo. Logo com a Lei de Thirlwall se refere há uma relação de longo prazo entre as variáveis, as técnicas de cointegração tornam o tratamento dos dados o mais natural possível.

Segundo Carvalho, Lima e Santos (2008), a metodologia se baseia em calcular a elasticidade real através das técnicas de cointegração e compará-la com elasticidades hipotéticas. Se não houver rejeição da igualdade entre as elasticidades hipotéticas e real, conclui-se que é favorável a presença de uma restrição ao crescimento econômico.

A elasticidade hipotética de Thirlwall, por sua vez, pode ser obtida através da equação abaixo:

$$\pi_h = x/y \quad (2)$$

Onde x é a taxa de crescimento médio das exportações e y é a taxa de crescimento econômico médio.

Segundo Thirlwall (1983, p. 343), o comércio externo do setor industrial doméstico funciona como fonte de demanda para os produtos industriais, portanto tendem a determinar o crescimento da produção industrial. Com o crescimento haverá uma abertura na economia, um aumento de importações, ou seja, a economia depende do dinamismo criado entre a demanda por exportações e a propensão a importar.

3 DISPOSIÇÕES ECONÔMICAS DOS PAÍSES EMERGENTES

O termo BRIC foi criado, originalmente, pelo economista Jim O'Neill em 2001, em razão do tamanho e potencial de crescimento de grandes economias emergentes, que poderiam se tornar dominantes até 2050, o bloco econômico foi criado oficialmente em 2006, reunindo, assim, os

principais países emergentes do mundo. Em 2011, na terceira cúpula, a África do Sul acabou por formalmente fazer parte deste grupo, tornando-o assim BRICS.

O surgimento do grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – BRICS, é uma consequência das mudanças que ocorreram na estrutura global de poder e pelo rápido crescimento destas economias em desenvolvimento.

Rússia e China representam uma das principais forças motrizes da mudança sistêmica política, econômica e social, que desafia a hegemonia global. O mesmo não ocorre com os outros países membros (Índia, Brasil e África do Sul – IBAS), os quais mantêm um tipo de perfil de cooperação Sul-Sul.

Por enquanto, todos os membros do BRICS apoiam e promovem o fortalecimento do multilateralismo, pois melhor assegura os objetivos e interesses dos países membros. Eles levam a uma maior legitimidade do mesmo, pois são integrados. Cercados por países mais atrasados e fracos – a exceção da China devido à proximidade com o Japão – não estão totalmente do lado dos países desenvolvidos, tampouco assumem um papel de confronto ou desafio às grandes potências.

Em relação a demografia, trata-se de países com dimensões consideráveis, sendo dois deles os mais populosos do mundo. A China detém um quinto da população mundial, seguido pela Índia, Brasil, Rússia e África do Sul. Mesmo semelhantes quanto as quantidades populacionais e de território, eles diferem entre si em questões de recursos humanos, industrialização e poder econômico mundial.

Os BRICS têm dificuldades em conciliar seus interesses em uma agenda global. O papel do poder mundial da China dificulta que os outros membros conciliem seus interesses. China está relutante em apoiar abertamente a aspiração do Brasil de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas – ONU. Já o Brasil almeja garantir apoio político a nível multilateral, quer na área política (Conselho de Segurança) ou na esfera econômica "globais" questões de política mundial (BECARD 2008) (G-20, G-8).

Isso posto, vejamos as particularidades de cada país membro, começando pela economia chinesa.

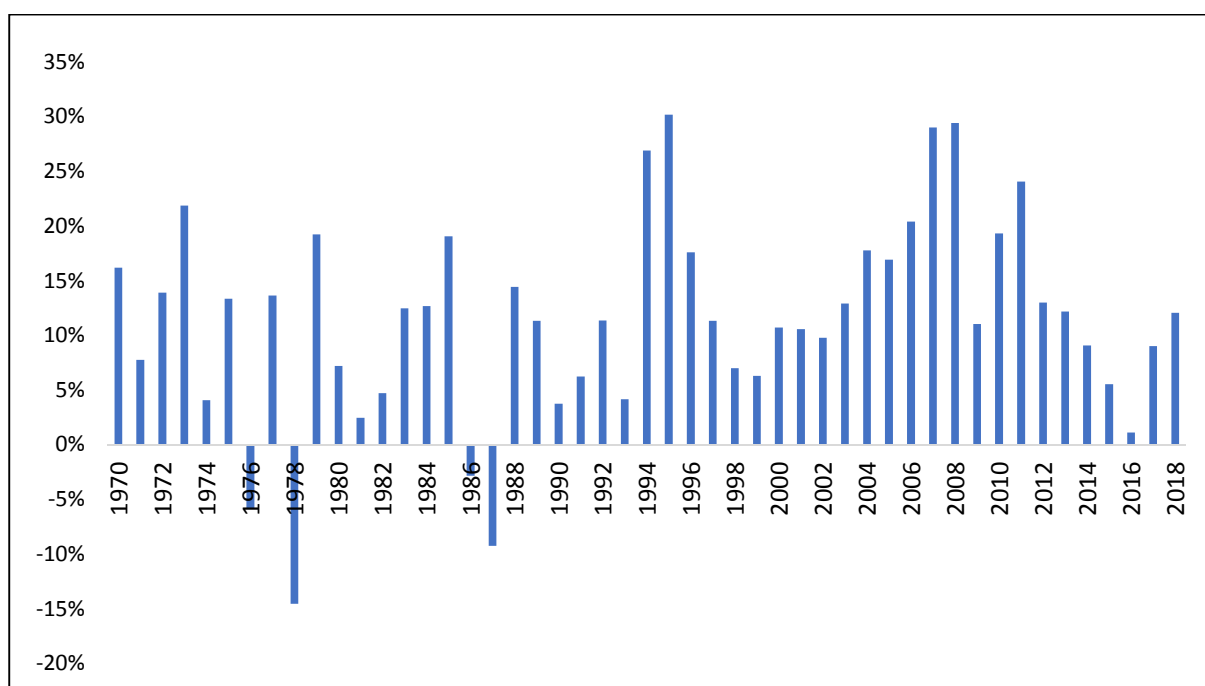
3.1 CHINA

A China tem se destacado ao longo dos anos por apresentar taxas elevadas de crescimento quando comparado a outros países em desenvolvimento (gráfico 2). As principais disposições que elevam o crescimento chinês são as altas taxas de investimento, a abertura comercial, as políticas

favoráveis a exportações, e uma economia que é atrativa para investidores externos, assim como a conservação do regime cambial e constantes investimentos em capital humano.

Em decorrência da política de aberturas comerciais implantadas na China no final da década de 1970, esta permitiu que o país experimentasse processos econômicos jamais vistos anteriormente. O que se viu foram elevadas taxas de crescimento do produto interno bruto (PIB) e do PIB *per capita*, aproximando-se 10% ao ano nos períodos de 1978 a 2003. Esse crescimento acelerado tem chamado a atenção do mundo, não só pelo desempenho, mas também pelo fato de estar se sustentando com o passar dos anos. Estima-se que a China consiga seguir neste crescimento por muitos anos, ultrapassando os Estados Unidos como potência mundial.

Gráfico 2 – Variação real do PIB da China entre 1970 a 2018.



Fonte: World Bank, 2020.

Na tabela um é possível observar as taxas de crescimento ano a ano da China em relação alguns países.

Tabela 1 – Taxas de crescimento do PIB – BRICS, Reino Unido e EUA no período 1990-2018 (% ao ano).

(continua)

Ano	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul	Reino Unido	EUA
1990	-4,35%	2%	8%	4%	17%	18%	6%
1991	1,03%	0%	-16%	6%	7%	5%	3%
1992	-0,54%	-11%	7%	11%	9%	3%	6%
1993	4,92%	-5%	-3%	4%	0%	-10%	5%
1994	5,85%	-9%	17%	27%	4%	7%	6%
1995	4,22%	0%	10%	30%	11%	18%	5%
1996	2,21%	-1%	9%	18%	-5%	5%	6%
1997	3,39%	3%	6%	11%	3%	10%	6%
1998	0,34%	-33%	1%	7%	-10%	6%	6%
1999	0,47%	-28%	9%	6%	-1%	2%	6%
2000	4,39%	33%	2%	11%	0%	-1%	6%
2001	1,39%	18%	4%	11%	-11%	-1%	3%
2002	3,05%	13%	6%	10%	-5%	9%	3%
2003	1,14%	25%	18%	13%	52%	15%	5%
2004	5,76%	37%	17%	18%	30%	18%	7%
2005	3,20%	29%	16%	17%	13%	5%	7%
2006	3,96%	30%	15%	20%	5%	7%	6%
2007	6,07%	31%	29%	29%	10%	14%	5%
2008	5,09%	28%	-1%	29%	-4%	-6%	2%
2009	-0,13%	-26%	12%	11%	3%	-18%	-2%
2010	7,53%	25%	25%	19%	27%	3%	4%
2011	3,97%	35%	9%	24%	11%	7%	4%
2012	1,92%	8%	0%	13%	-5%	2%	4%
2013	3,00%	4%	2%	12%	-7%	3%	4%
2014	0,50%	-10%	10%	9%	-4%	10%	4%
2015	-3,55%	-34%	3%	6%	-9%	-4%	4%
2016	-3,28%	-6%	9%	1%	-7%	-8%	3%
2017	1,32%	23%	16%	9%	18%	-1%	4%
2018	1,32%	5%	3%	12%	5%	7%	5%

Fonte: World Bank, 2020.

Como se observa na tabela 1, a porcentagem de crescimento da China, do final da década de 1970 em diante, foi superior aos outros países. Enquanto a média mundial de crescimento do produto foi de 2,91%, a China cresceu a uma média de 9,48% ao ano, o que reforça a ideia de que o crescimento constante faça com que o país se torne a maior potência mundial em breve.

Para Fang e Meiyang (2002), o crescimento econômico chinês é sustentável e permanecerá assim durante as próximas décadas, devemos ressaltar que a crise econômica financeira de 2008, mostrou que a manutenção do crescimento econômico chinês depende também da manutenção do crescimento do endividamento das economias com déficit no balanço de pagamentos. Esta hipótese se baseia nas fontes de crescimento (aumento no capital físico, aumento na força de trabalho empregada, acumulação de capital humano e mobilidade da mão-de-obra de setores de baixa produtividade para os de alta produtividade) as quase tendem a continuar impulsionando o aumento do produto. Este quadro conjuntural tende a fazer com que as taxas de crescimento do PIB chinês continuem crescendo como nas últimas duas décadas.

Andrade (2006) enfatiza que a política comercial da China se desenvolveu a partir de outras políticas asiáticas, diminuindo o máximo possível as importações e estimulando as exportações. Segundo o autor, em meados dos anos 2000 se evidencia uma mudança nas exportações chinesas, predominando as exportações de produtos manufaturados, aumentando o poder dos bens associados aos insumos tecnológicos e de mão de obra qualificada.

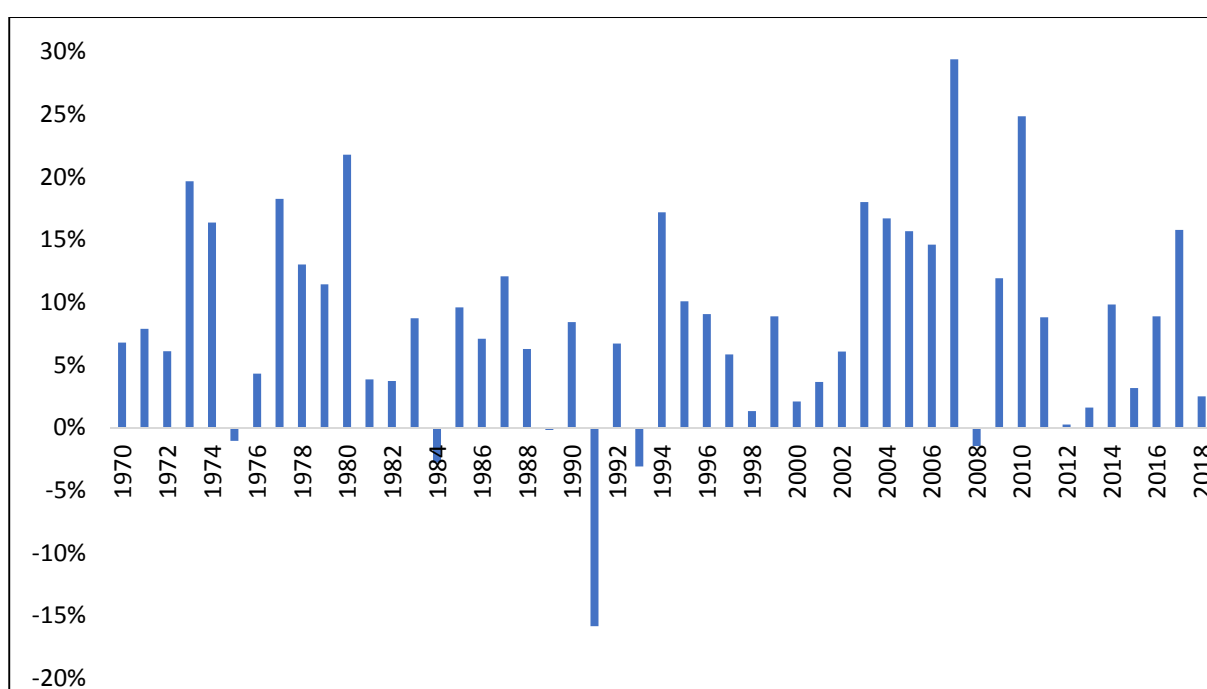
3.2 ÍNDIA

Da mesma forma que a China, a Índia também apresentou desempenho econômico considerável com taxas de crescimento do PIB de aproximadamente 5,7% entre os anos de 1990 a 2000, um aumento notável das exportações de bens e serviços, principalmente referente à tecnologia de informação (gráfico 3). Este desempenho se deve as políticas implantadas na Índia, nas quais evidenciou a abertura comercial, investimentos estrangeiros diretos, modernizando seu sistema financeiro e reduzindo os monopólios no setor público.

Segundo Nassif (2006), o crescimento da economia indiana é resultado de três fatores: i) as reformas estruturais oriundas dos anos 1980 que influenciaram a produtividade; ii) políticas macroeconômicas voltadas para a geração de empregos e; iii) um planejamento a longo prazo em setores nos quais a livre iniciativa é pouco atraída. Ainda segundo Nassif, a estratégia da Índia para o crescimento envolve a ação estatal em políticas mais amplas, tais como as industriais, comerciais, de infraestrutura, educação dentre outras.

Pode-se evidenciar também que o crescimento da Índia não é atribuído somente das reformas econômicas, mas também da visão de seus governantes em integrar a Índia internacionalmente, pelo comércio e pelos fluxos internacionais de capitais.

Gráfico 3 – Variação real do PIB da Índia entre 1970 a 2018.



Fonte: World Bank, 2020.

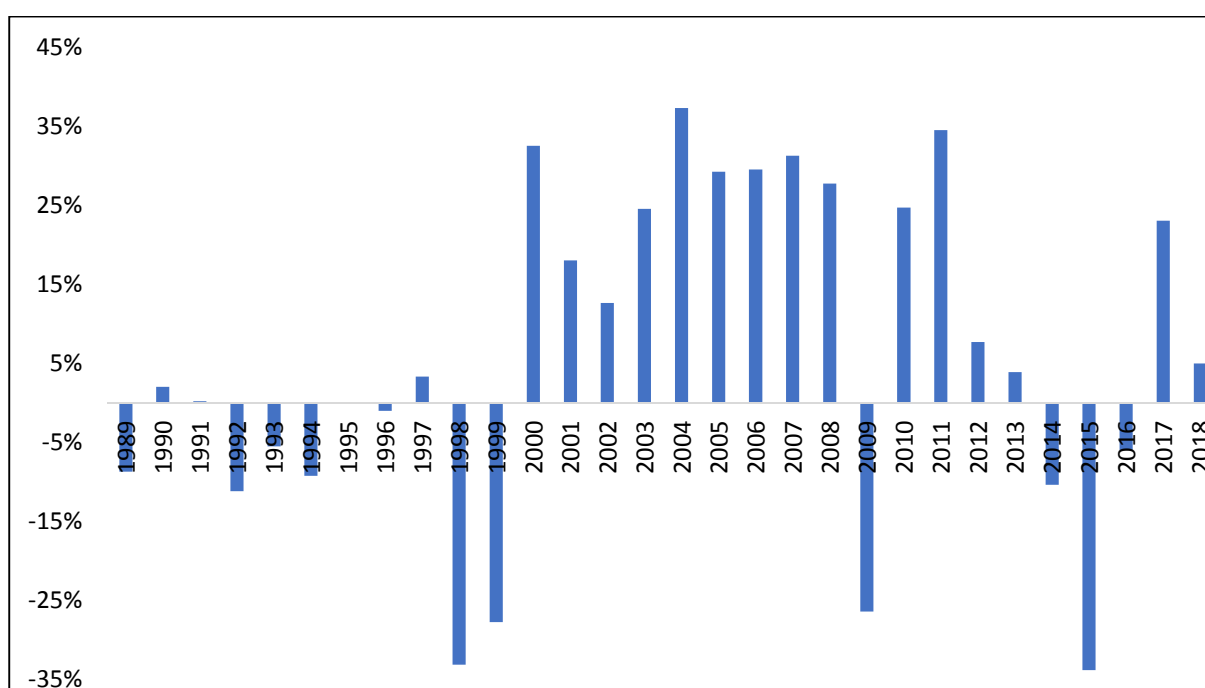
3.3 RÚSSIA

Na economia Russa, entre os anos 1990 a 1999 houveram crescimentos anuais do PIB negativos de -0,4% ao ano (gráfico 4). Em contrapartida, uma fase de rápida da expansão econômica passa a ocorrer a partir de 1999 com o governo Putin. A partir de então, as taxas médias de crescimento do PIB se aproximam de 6,7% durante os anos de 1999 a 2005. Paralelamente ao crescimento do produto, houve queda dos índices de preços enquanto as contas fiscais apresentaram recorrentes superavitárias.

Alguns autores apontam que o crescimento de PIB da Rússia foi influenciado pelo aumento do preço do petróleo. A Rússia é o segundo maior produtor mundial de petróleo com uma produção diária de 9.5 milhões de barris, ficando atrás somente da Arábia Saudita. Além de petróleo, o país é também um grande produtor de gás.

Em 1999, o preço do barril do petróleo custava em torno de US\$ 18 e, em 2007, o preço estava próximo dos US\$ 100 dólares. Considerando esse quadro de valorização do petróleo, pode-se considerar que o crescimento do produto russo decorre, ao menos em parte, do desempenho da balança comercial e da elevação das reservas cambiais, o que contribui para a validação da Lei de Thirwall.

Gráfico 4 – Variação real do PIB da Rússia entre 1989 a 2018.



Fonte: World Bank, 2020.

Por sua vez, dentre os principais motivos que colaboraram o período de PIB negativo no país estão a transição de uma economia centralizada e planejada para uma economia de mercado. Ou seja, caracteriza-se por uma abrupta modificação econômica onde ocorre a mudança do socialismo para o capitalismo feita às pressas.

Após a década de 1990, a economia russa é pautada por: i) privatizações e um conjunto de regras e leis sobre direitos à propriedade; ii) pela liberalização dos preços; iii) pela abertura comercial e; iv) pela liberalização da conta de capital, foi fundamental para a queda substancial do

PIB russo. Além destas modificações institucionais, foi implementada políticas de ancoragem cambial objetivando esfriar e conseguir conter o processo inflacionário em paralelo a uma política monetária contracionista.

3.4 BRASIL

O Brasil é, dentre os países que formam o bloco dos BRICS, o que tem as menores taxas de crescimento do PIB, tal como já fora destacado pelo gráfico 1.

Dentre as peculiaridades que circundam a economia brasileira, pode-se destacar que, a partir dos anos 1990, o foi marcada pela abertura comercial e financeira, pelo processo de privatizações, pela menor atuação do Estado, além da estabilização inflacionária obtida através do Plano Real.

De acordo com Sicsú, Paula e Michel (2007), a política adotada com o Plano Real foi pautada pelo desenvolvimento das instituições nacionais – em detrimento do crescimento econômico – para com isso atingir o objetivo maior do plano que era controlar a inflação e conseqüentemente tornar o Brasil atraente aos investimentos externos. Ainda segundo o autor, a política liberalizante adotada durante o Plano Real foi seguida pelo governo seguinte (Lula), apenas inserindo algumas apreciações na área social.

A mudança do papel do Estado é a marca fundamental durante os anos 1990. Neste contexto, o processo de privatizações contribuiu para o baixo crescimento econômico. A partir de então, o Estado deixa de agir diretamente no desenvolvimento do setor produtivo, na infraestrutura e em financiamentos de setores específicos, ficando estes cada vez mais a cargo do setor privado.

Contudo, após a crise Russa de 1999, o Brasil passou a se fundamentar em três pilares macroeconômicos a fim de controlar os preços, são eles: i) a meta de inflação; ii) a meta fiscal e; iii) a flexibilidade cambial. Assim, permitiu aos investidores estrangeiros a livre circulação de recursos financeiros onde a transição de uma aplicação a outra no mercado de capitais não exigia a obrigação de saída dos recursos do País.

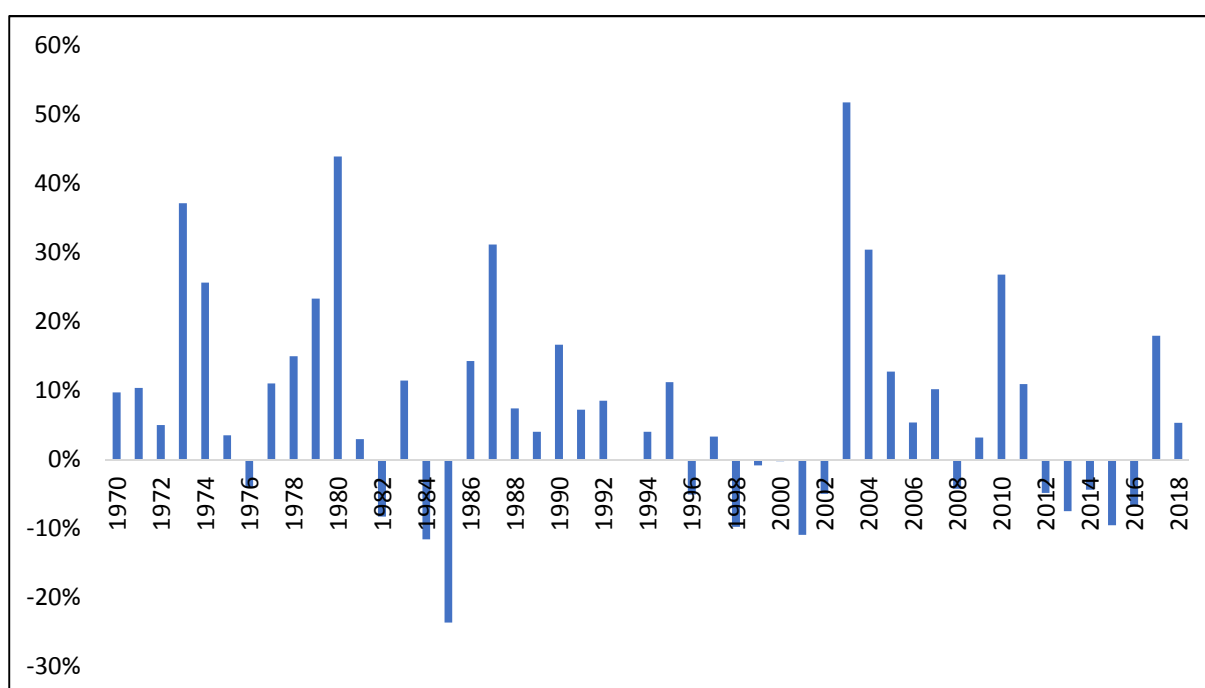
Em suma, o Brasil passou por formas de políticas econômicas bem distintas: entre 1990 a 1994, caracterizou-se por uma política embasada no câmbio desvalorizado e nos juros reais positivos gerando superávits comerciais que atraíam os capitais internacionais. Até 1999, predominou o câmbio semifixo com a finalidade de estabilizar os preços, juntamente com uma política de elevados juros reais os quais se refletiam na balança comercial. Com o Real apreciado, as importações

creciam o que repercutia no déficit em transações correntes e tornava o País mais exposto as crises externas. Contudo, após 1999 implementou-se o tripé macroeconômico – câmbio flutuante, regime de metas de inflação e superávits fiscais – em que as taxas de juros reais foram gradualmente reduzidas mesmo que ainda se mantivessem elevadas quando comparadas a outras economias.

3.5 ÁFRICA DO SUL

No caso da África do Sul, apesar de ser um país de dimensão econômica menor do que os outros países integrantes do BRICS, trouxe para o bloco um substancial crescimento financeiro além de inserir o continente africano no grupo.

Gráfico 5 – Variação real do PIB da África do Sul entre 1989 a 2018.



Fonte: World Bank, 2020.

Ao longo de sua trajetória, África do Sul passou por vários problemas políticos sociais e econômicos, sendo o maior dele o apartheid². Com o fim deste, no início dos anos 1990, o país

² Apartheid foi um regime de segregação racial implementado na África do Sul em 1948 pelo pastor protestante Daniel François Malan.

começa a caminhar para a democratização e desenvolvimento. A partir de então, destaca-se por ser a maior economia do continente africano.

A economia Sul Africana é bem diversificada: possui grandes reservas minerais, industriais manufatureiras e um vasto setor de serviços. O setor de serviços tem grande representatividade no PIB do país, assim como o setor do comércio. Por sua vez, a agricultura tem pouca representação no produto. Mesmo com o desenvolvimento da economia, o país possui um índice elevado de desemprego: de acordo com o Banco Mundial, o desemprego, em 2019, na África do Sul, foi de 28,5% da força de trabalho total.

Por meio da inserção do continente africano, a imagem do BRICS foi melhorada perante a comunidade internacional e a economia mundial (RIBEIRO, 2015). Fomentou a economia dos países membros do grupo e mostrou ao mundo que, nos últimos anos, as economias dos países do hemisfério sul crescem numa média maior que os do hemisfério norte.

Considerando o volume econômico do continente africano, a África do Sul representa em torno 23% do produto interno bruto – PIB de todo o continente possui, portanto, uma economia relativamente mais desenvolvida quando comparada com as dos outros países do continente africano, com participações relevantes no setor financeiro, industrial e pelo volume de investimentos internacionais. A tabela dois destes alguns números da economia da África do Sul e de outros países:

Tabela 2 – Avaliação da África do Sul, contrapondo os outros países do BRICS.

País	Taxa média anual de crescimento (2001-2010)	PIB (Bilhões de US\$)	PIB per capita (em US\$)	População (em milhões)
Brasil	3,60%	2.143	11.089	193
Rússia	4,90%	1.487	10.408	143
Índia	7,40%	1.598	1.342	1.191
China	10,50%	5.930	4.421	1.341
África do Sul	3,50%	363	7.271**	50**
Indonésia	5,20%	708	2.981	238
México	1,70%	1.035	9.219	112
Nigéria	9,10%	197	1.261**	156**
Turquia	4,00%	735	10.062	73

Fonte: Adaptada de Ribeiro, 2015.

Nota: ** refere-se ao valor estimado.

Ao analisar a tabela dois é possível observar que em nenhuma variável a África do Sul se igualou aos outros países do BRICS. Porém como já descrito anteriormente foi uma forma de integralizar o continente no grupo, potencializando assim o BRICS perante as outras economias.

4 ANÁLISE EMPÍRICA

O objetivo desta seção é realizar o teste empírico da lei de Thirlwall como limitador do crescimento econômico dos países que compõe o bloco dos Brics entre 1996 a 2018. Foi realizado este corte temporal em virtude da disponibilidade de dados para a Rússia. Em um primeiro momento será apresentada a função e a metodologia que será utilizada. Em um segundo momento, são realizados os testes empíricos.

Para analisar se a restrição externa foi um fator limitante do crescimento econômico dos países que compõe os Brics, utilizou-se a equação obtida através do teste de McCombie (1992):

$$\text{Log}M = f(\text{Log} Y, \text{Log} CR) \quad (3)$$

Onde:

Log M é o logaritmo natural das importações;

Log Y é o logaritmo natural da renda doméstica;

Log CR é o logaritmo natural do Câmbio Real.

As séries de temporais utilizadas neste estudo foram obtidas junto ao banco de dados do Banco Mundial. Apenas a série referente ao câmbio nominal do Brasil obtido junto ao Banco Central do Brasil, já que os dados para esta série estavam descontinuadas no banco de dados do Banco Mundial.

Para construir a série temporal referente ao câmbio real (CR) de cada um dos países, foi implementada a equação abaixo:

$$CR = \left(\frac{Pe}{Pd} \right) \cdot CN \quad (4)$$

Onde:

CR é o câmbio real;

CN é o câmbio nominal;

Pd é a inflação doméstica de cada um dos países;

Pe é a inflação nos EUA.

O primeiro passo da análise empírica consiste em calcular as respectivas elasticidades hipotéticas (π_h) de cada um dos países. A elasticidade hipotética de Thirlwall para os que compõem o bloco dos Brics é apresentada na tabela a seguir:

Tabela 3 – Elasticidade hipotética de Thirlwall.

País	Elasticidade hipotética de Thirlwall
Brasil	3,484
Rússia	1,055
Índia	1,073
China	1,632
África do Sul	1,046

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Para realizar a análise econométrica, faz-se necessário avaliar a ordem de integração das variáveis que compõe o estudo. A partir da presença ou não de raiz unitária é que se pode decidir qual é a melhor metodologia a ser utilizada e como implementá-la. Para este propósito, foi implementado o teste *Augmented Dickey-Fuller* (ADF) com intercepto. Os resultados do teste ADF e a respectiva ordem de integração das séries temporais são apresentadas na tabela quatro:

Tabela 4 – Teste de raiz unitária sobre as variáveis.

(continua)			
País	Variável	Teste ADF	Ordem de integração
Brasil	LOG M	-1,477934	I(1)
	D(LOG M)	-7,324056 ^a	
	LOG Y	-2,448545	I(1)
	D(LOG Y)	-4,093342 ^a	
	LOG CR	-1,150146	I(1)
	D(LOG CR)	-3,209467 ^a	

Rússia	LOG M	-0,815111	I(1)
	D(LOG M)	-3,378004^a	
	LOG Y	-1,377798	I(1)
	D(LOG Y)	3,788030 ^a	I(1)
Índia	LOG CR	-2,450505	I(1)
	D(LOG CR)	-5,288151 ^a	I(1)
	LOG M	0,483504	I(1)
	D(LOG M)	5,049695 ^a	I(1)
	LOG Y	4,348352	I(1)
China	D(LOG Y)	-6,234833 ^a	I(1)
	LOG CR	-2,254140	I(1)
	D(LOG CR)	-7,405943 ^a	I(1)
	LOG M	-0,116559	I(1)
	D(LOG M)	-6,301536 ^a	I(1)
	LOG Y	-0,178463	I(1)
África do Sul	D(LOG Y)	-5,978357	I(1)
	LOG CR	-5,292057 ^a	I(0)
	LOG M	-1,661270	I(1)
	D(LOG M)	-5,517462 ^a	I(1)
África do Sul	LOG Y	-2,062791	I(1)
	D(LOG Y)	-4,251966	I(1)
	LOG CR	-1,767760	I(1)
	D(LOG CR)	-7,796431 ^a	

Nota: a significa que a variável não apresenta raiz unitária ao nível de 5%.
 Fonte: Resultados gerados pelo Eviews 10, 2020.

A partir dos resultados gerados pelo pacote econométrico, observa-se que apenas a série de tempo Câmbio Real (CR) para a China não apontou a presença de raiz unitária para transformar a série de tempo em estacionária.

Isto posto, a metodologia utilizada nesta pesquisa será a dos Mínimos Quadrados Ordinários com as séries que apresentaram raiz unitária diferenciada uma vez. Os coeficientes estimados e nível de explicação do modelo são destacados na tabela cinco.

Na metodologia dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), faz-se necessário que o termo de erro assuma um comportamento determinado para que os coeficientes estimados sejam os melhores (do tipo *BLUE*), ou seja, se estime os melhores estimadores lineares não viesados, a saber:

1. A variável x não é aleatória e deve conter, pelo menos, dois valores diferentes;
2. Os termos de erros encontrados não podem ser correlacionados: $cov(e_i, e_j) = 0$. Para esta finalidade, aplica-se o teste de correlação serial LM.
3. A variância do erro tem que ser constante ao longo da reta estimada: $var(e) = \sigma^2$. Para esta finalidade, aplica-se o teste de heterocedasticidade de Breusch-Pagan-Godfrey.
4. Os valores do termo de erro (e) se distribuem normalmente em torno da sua média (opcional). Para esta finalidade, aplica-se o teste de normalidade Jarque Bera.

Tabela 5 – Coeficientes estimados e poder de explicação do modelo.

País	Constante	log Y	log CR	R²
Brasil	-0,071691 ^a	0,770921 ^a	0,030627 ^c	0,7297
Rússia	-0,059732 ^c	3,940781 ^a	-0,021489 ^c	0,6239
Índia	0,013588 ^c	2,202146 ^b	-0,008628 ^c	0,1045
China	0,072516 ^c	2,999459 ^a	-0,037776 ^b	0,4932
África do Sul	-0,027975 ^c	5,44467 ^a	0,124128 ^a	0,6400

Nota: a significa que o coeficiente estimado é significativo ao nível de 5%.

b significa que o coeficiente estimado é significativo ao nível de 10%.

c significa que o coeficiente estimado não é estatisticamente significativo.

Fonte: Resultados gerados pelo Eviews 10, 2020.

Os referidos testes são apresentados nas tabelas a seguir:

Tabela 6 – Teste de correlação serial LM.

País	Coefficiente estimado	Probabilidade de aceitar a hipótese nula
Brasil	0,646521	0,5356
Rússia	2,391616	0,1216
Índia	1,394738	0,2924
China	0,748378	0,4839
África do Sul	1,070967	0,6535

Fonte: Resultados gerados pelo Eviews 10, 2020.

Tabela 7 – Teste de heterocedasticidade de Breusch-Pagan-Godfrey do termo de erro.

País	Coefficiente estimado	Probabilidade de aceitar a hipótese nula
Brasil	1,086769	0,3564
Rússia	0,366820	0,6977
Índia	1,127087	0,3393
China	0,173708	0,8415
África do Sul	3,235687	0,0606

Fonte: Resultados gerados pelo Eviews 10, 2020.

Tabela 8 – Teste de normalidade Jarque-Bera.

País	Coefficiente estimado	Probabilidade de aceitar a hipótese nula
Brasil	5,854418	0,053546
Rússia	26.11773	0,000002
Índia	1,047478	0,592302
China	0,081762	0,959943
África do Sul	0,327412	0,848992

Fonte: Resultados gerados pelo Eviews 10, 2020.

Quanto ao teste de correlação serial do termo de erro, observa-se que para todos os países analisados, os resultados mostram que para nenhum deles foi rejeitada a hipótese nula. Logo, todos os termos de erros gerados são não correlacionados (todos os testes apresentaram probabilidade de aceitar a hipótese nula acima de 5%).

Acerca dos termos de erros gerados apresentarem variância homocedástica, observa-se, pelo teste de heterocedasticidade de Breusch-Pagan-Godfrey que, para todas as regressões, a hipótese nula de homocedasticidade da variância foi aceita (todos os testes apresentaram probabilidade de aceitar a hipótese nula acima de 5%).

Por fim, foi realizado o teste de normalidade de Jarque Bera. Embora opcional, esse teste da robustez a análise. Observa-se, pelos resultados obtidos, que apenas o termo de erro para a regressão referente a Rússia não se mostrou estatisticamente normalmente distribuída (a probabilidade de aceitar a hipótese nula ficou abaixo de 5%). Ainda que o resultado do teste de normalidade para a regressão realizada para o Brasil tenha ficado próximo de 5%, pode-se dizer que, estatisticamente, a distribuição do erro tem comportamento normal. Para as demais regressões, o resultado do teste de normalidade aceita a hipótese nula ao nível de significância de 5% com facilidade.

O próximo passo da análise empírica é avaliar se o coeficiente estimado é estatisticamente igual a elasticidade hipotética de Thirlwall, isto é, avaliar se $\pi_h = \pi_r$. Para esta finalidade, utilizou-se o teste Wald para a hipótese de igualdade entre ambos coeficientes estimados. O resultado do teste Wald é apresentado na tabela nove:

Tabela 9 – Teste Wald.

País	Coefficiente estimado	Probabilidade de aceitar a hipótese nula
Brasil	6,587573	0,0103
Rússia	15.53534	0,0001
Índia	0,791303	0,3737
China	2.046977	0,1525
África do Sul	15,97878	0,0001

Fonte: Resultados gerados pelo Eviews 10, 2020.

A partir do resultado do teste Wald, observa-se que apenas os coeficientes estimados para a Índia e para a China se mostraram estatisticamente iguais (acima de 5% de serem iguais) a elasticidade hipotética de Thirlwall (tabela 3). Ou seja, somente para estes dois países é possível afirmar que, em média, no período entre 1996 a 2018, houve restrição de crescimento pelo balanço de pagamentos. Para os outros três países (Brasil, Rússia e África do Sul), o setor externo não foi um limitador do crescimento econômico.

5 CONCLUSÃO

O estudo procurou evidenciar se a restrição externa foi um fator limitante do crescimento econômico dos países que compõe o Brics, através da análise de dados e de regressões

econométricas. Buscou-se compreender a importância da lei de Thirlwall, na qual evidencia que a taxa de crescimento da economia está relacionada com a taxa de crescimento das exportações e a elasticidade-renda das importações, conseqüentemente o seguimento do comércio exterior de um país tem papel central no desenvolvimento econômico.

Observa-se nas regressões econométricas realizadas no estudo que dos cinco países pertencentes ao BRICS, somente a Índia e a China, apresentaram confirmação de que no período estudado houve restrição de crescimento pelo balanço de pagamentos, já para o Brasil, Rússia e África do Sul, o setor externo não foi um limitador do crescimento econômico.

Observa-se que a China e Índia têm uma população maior em comparação com os demais. Desde a abertura comercial ambos investiram muito em tecnologia para o desenvolvimento a longo prazo, mudança na política comercial, aumentaram suas exportações e buscaram diminuir suas importações, o que os fez se desenvolverem e suas economias terem crescido muito mais que os demais países do bloco. Entretanto, as duas economias divergem no volume de reservas internacionais e no desempenho comercial. A China é a grande superavitária. O que torna as duas economias diferente dos demais países do Brics.

A Índia possui setores industriais bastante avançados, como o de software e o de medicamentos genéricos. Já a China teve um processo de industrialização diferente e investiu na criação de Zonas Econômicas Especiais – ZEEs, para direcionar a atividade industrial, que tornou a principal produtora de equipamentos de transmissão, unidades de disco digital, peças de máquinas de escritório, telefones entre outros produtos. Atualmente a China é uma das melhores nações para investimentos estrangeiros.

Os demais países que compõe o bloco Brasil, Rússia e África do Sul cresceram menos no período analisado, a África do Sul tem a menor taxa de crescimento do Brics, sua economia está baseada basicamente na produção de produtos ligados à agricultura. Possui uma economia de mercado e recebe atualmente grande volume de investimentos de capitais internacionais. A Rússia está entre as maiores economias e atualmente detém a maior reserva de gás natural do mundo e umas das maiores reservas de carvão e de petróleo, além de ter uma economia caracterizada pelo forte setor militar, industrial e científico. O Brasil é uma economia em desenvolvimento, com seu principal setor de exportação o agronegócio. Contudo o país sofre com as recessões, instabilidade política, falta de investimento em tecnologias, que acaba por atrasar o crescimento econômico do país.

O Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul têm características em comum, onde suas economias detêm de forte influência regional, dispõem de um mercado interno aquecido e têm uma

forte dependência das exportações para seu crescimento econômico. Embora há semelhanças entre os países ainda há diferenças marcantes.

Para uma agenda de pesquisa futura, considerar outros países além dos BRICS, um corte temporal mais longo, e uma metodologia econométrica mais apurada e até outros blocos econômicos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel Caixeta et al. Fatores condicionantes do crescimento econômico de longo prazo a China: aspectos teóricos e investigação empírica. 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13532>>. Acesso em: 15. Set. 2019.

ATESOGLU, H. Sonmez. Balance-of-payments–constrained growth model and its implications for the United States. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 19, n. 3, p. 327-335, 1997. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1080/01603477.1997.11490114>.

CARVALHO, Veridiana Ramos da Silva. **A restrição externa e a perda de dinamismo da economia brasileira: investigando as relações entre estrutura produtiva e crescimento econômico**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2007. Disponível em: <<http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/7694>>. Acesso em: 05. Abr. 2020.

CARVALHO, Veridiana R.; LIMA, Gilberto Tadeu; SANTOS, ATLA. A restrição externa como fator limitante do crescimento econômico brasileiro: um teste empírico. **Revista Economia**, v. 9, n. 2, p. 285-387, 2008. Disponível em: <[CARVALHO, Vinicius Spirandelli et al. Evolução das exportações e de seus determinantes nos BRICS \(Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul\), nas últimas três décadas. 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13524>>. Acesso em: 25. Mar. 2020.](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/49784864/vol9n2p285_307.pdf?1477137091=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DA_Restri_o_Externa_Como_Fator_Limitante.pdf&Expires=1598477159&Signature=QmKXP4UrtrpxgHivvqoS-JFlol3zCQc7xrI3PelBqYJj~6z~v14pRrwxzklYqQdyNTAEBQ7xUe~spOKjSIvywdpxL8PdeJE4PKtWLgin3aDs7t1YZ7mX~wjVD-2IecmoEZjFfbmZ0O2e8jH~zo3N0OfZ2UhSlxj07DNF76vPCf4wfe-bZFJ2rhDofvMP~C98IVomzdfr3k5XQJbG7XmrG8AuS-QoN0A66701bml8l6Aw-us-f7wQibVce07-KViL4Ad-7abgFHvhr8Sy9gBLi7QaEIRQ4r~P34C7y-AQVZD8jYFm2spTU-N62ViNu3~p9IwK0SaG4gl7UzXIYULdDA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA.>. Acesso em: 15. Set. 2019.</p>
</div>
<div data-bbox=)

DAVIDSON, P. A lei de Thirlwall. **Revista de Economia Política**, v.10, n.4, 1990.

DE ALMEIDA, Paulo Roberto. O papel dos BRICS na economia mundial. **Comércio e Negociações Internacionais para Jornalistas**, p. 57-65, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Paulo_Almeida2/publication/265675385_O_papel_dos_Brics_na_economia_mundial/links/55195ae60cf2d241f356397c.pdf>. Acesso em: 25. Mar. 2020.

DIXON, Robert; THIRLWALL, Anthony P. A model of regional growth-rate differences on Kaldorian lines. **Oxford economic papers**, v. 27, n. 2, p. 201-214, 1975. Disponível em: DOI <https://www.jstor.org/stable/2662337>.

EMBAIXADA DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: <https://brazil.mid.ru/web/brasil_pt/economia>. Acesso em: 25. Ago. 2020.

FAJNZYLBBER, Fernando. La industrialización trunca de Latinoamérica. 1983. Disponível em: DOI: 10.2307/3467036.

FANG, Cai; MEIYAN, Wang. How Fast and How Far Can China's GDP Grow?. **China and world economy**, v. 5, n. 9, 2002. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6318/1/PWR_v1_n1_Crisis.pdf>. Acesso em: 02. Out. 2019.

FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luiz Fernando de. Regime cambial, conversibilidade da conta de capital e performance econômica: a experiência recente de Brasil, Rússia, Índia e China. **Câmbio e controle de capitais: avaliando a eficiência de modelos macroeconômicos. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier**, p. 184-221, 2006. Disponível em: <<http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/regime-cambial-conversibilidade-da-conta-de-capital-e-performance-economica.pdf>>. Acesso em: 05. Abr. 2020.

FERREIRA, Alex Luiz et al. A lei de crescimento de Thirlwall. 2001. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285588/1/Ferreira_AlexLuiz_M.pdf>. Acesso em: 10. Mar. 2020.

GUIMARÃES, Thaís; VIEIRA, Flávio Vilela. Os determinantes do impacto da crise financeira internacional sobre a taxa de crescimento do PIB. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 45, n. 4, p. 725-752, 2015. Disponível em: DOI:<https://doi.org/10.1590/0101-416145472tgf>.

GUJARATI, Damodar; PORTER, Dawn C. Econometria Básica. Ed. **Campus e Elsevier, Rio de Janeiro**, 2006.

JAYME JR, Frederico G.; RESENDE, M. F. C. Crescimento econômico e restrição externa: teoria e a experiência brasileira. **Rio de Janeiro: Livro IPEA, Cap**, v. 1, p. 9-36, 2009. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/3251196/Crescimento_Economico_e_Restricao_Externa_Teoria_e_a_Experiencia_Brasileira.pdf?response-content-disposition=inline%3B+filename%3DCrescimento_Economico_e_Restricao_Extern.pdf&Expires=1598479265&Signature=XT4UrKLVc8rV~oOMC6F2KKK2Wm73TJKzBms7CVtepsLK98I4-AeOi7~JPxjCL4Yje41Zs5jdr-lPmeZsbwHJqKJn3rjmZ6m2XWf~aAZjJcWxIScLyngH70XxAL-aA6P99iTe1WfbVagMUoAswbEzRwzSXIRHIey-es4HjkVclNfrxA059bCTJTHuvguXEu4FSPOyXdfrJDURSYHBIvjKLCqOmTkQOwN8EKi1ArGp7yHPf9F-q39ZY69wiN84UIbDmn0iN91rSYO1TQYmpUvKW386DhcMMmGGfVMbR1PWOWzvqmpsGg5S--ExnutB6wjIH7lhtHSo3BWGHtxo-TPwA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=9>. Acesso em: 10. Mar. 2020.

JORNAL O POVO. Pequenas semelhanças; grandes diferenças. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/economia/2013/04/13/noticiasjornaleconomia,3038276/pequenas-semelhancas-grandes-diferencas.shtml>>. Acesso em: 26. Ago. 2020.

KALDOR, Nicholas. A model of economic growth. **The economic journal**, v. 67, n. 268, p. 591-624, 1957. Disponível em: DOI: 10.2307 / 2227704.

KALDOR, Nicholas. Interregional trade and cumulative causation. **The Return to Increasing Returns**, p. 107, 1994. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=d4yFu-yVn1AC&oi=fnd&pg=PA107&dq=KALDOR,+N.+1994&ots=z3bW_rsOXq&sig=BA-6EFRIpsP6ejk160JmdV8DYTs#v=onepage&q=KALDOR%2C%20N.%201994&f=false>. Acesso em: 20. Out. 2019.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, Maurice. Economia internacional: economia e política. **São Paulo**, 2005.

MADE FOR MINDS. Países do Brics têm mais diferenças que semelhanças. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/pa%C3%ADses-do-brics-t%C3%AAm-mais-diferen%C3%A7as-que-semelhan%C3%A7as/a-17785092>>. Acesso em: 25. Ago. 2020.

MAIA, Sinezio Fernandes; NUNES, Daniella Nobrega. **Abertura econômica e crescimento: abordagem de Thirlwall para estudos do desempenho da balança comercial brasileira**. 2006. Disponível em: DOI: 10.22004/ag.econ.148218.

MARCONI, Nelson; MAGACHO, Guilherme R.; ROCHA, Igor L. Estratégias de desenvolvimento nos BRICs: uma análise insumo-produto. **Revista Economia Ensaios**, 2014. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.14393/REE-v29n.esp.a2014-7>.

MCCOMBIE, John SL. A 'Lei de Thirlwall' e o balanço de pagamentos restringiram o crescimento: mais sobre o debate. **Economia Aplicada**, v. 24, n. 5, pág. 493-512, 1992. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1080/000368492000000063>.

MCCOMBIE, John SL; THIRLWALL, Anthony P. Economic Growth and the Balance-of-Payments Constraint, New York: St. **Martin's**, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/ineco/v63n247/0185-1667-ineco-63-247-45.pdf>>. Acesso em: 20. Out. 2019.

MCGREGOR, Peter G.; SWALES, J. Kim. Professor Thirlwall and balance of payments constrained growth. **Applied Economics**, v. 17, n. 1, p. 17-32, 1985. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1080/000368485000000002>.

MORENO BRID, Juan Carlos. Capital flows, interest payments and the balance of payments constrained growth model: A theoretical and empirical analysis. **Metroeconomica**, v. 54, n. 2, p. 346-365, 2003. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-999X.00170>.

NASSIF, André et al. A economia indiana no período 1950-2004: da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil?. 2006. Disponível em: <<http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13895>>. Acesso em: 15. Set. 2019.

PRATES, Daniela Magalhães; CUNHA, Andre Moreira. O efeito-contágio da crise financeira global nos países emergentes. **Encontro Nacional de Economia Política (14.: 2009 jun.: São Paulo, SP)**. Anais. São Paulo: PUC-SP, 2009. 1 CD-ROM., 2009. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17137/000700097.pdf>>. Acesso em: 02. Nov. 2019.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. **En: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL-Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000-v. 1, p. 69-136**, 2000. Disponível em: : DOI: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/1611>.

RAMOS, Claudio Almeida et al. As relações econômicas entre África do Sul e China no início do século XXI. 2015. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/134830/Monografia%20do%20Claudio%20Almeida%20Ramos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05. Abr. 2020.

RIBEIRO, Elton Jony Jesus; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. From BRIC to BRICS: how South Africa joined a Club of Giants. **Contexto Internacional**, v. 37, n. 1, p. 255-287, 2015. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292015000100008>.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renalt. Por que novo-desenvolvimentismo?. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 27, n. 4, p. 507-524, 2007. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572007000400001>.

THIRLWALL, Anthony P. A restrição do balanço de pagamentos como explicação para as diferenças nas taxas de crescimento internacional. **PSL Quarterly Review**, v. 32, n. 128, 1979. Disponível em:

<<https://ojs.uniroma1.it/index.php/PSLQuarterlyReview/article/view/12804/12609>>. Acesso em: 02. Out. 2019.

THIRLWALL, Anthony P.; HUSSAIN, M. Nureldin. A restrição do balanço de pagamentos, fluxos de capital e diferenças nas taxas de crescimento entre os países em desenvolvimento. **Oxford Economic papers**, v. 34, n. 3, pág. 498-510, 1982. Disponível em: DOI: <https://www.jstor.org/stable/2662591>.

THIRLWALL, A. P. et al. Symposium: Kaldor's Growth Laws. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 5, n. 3, p. 333-429, 1983. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1080/00220380701260150>.

VIEIRA, Flávio Vilela; VERÍSSIMO, Michele Polline. Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul. **Economia e sociedade**, v. 18, n. 3, p. 513-546, 2009. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182009000300004>.